

CURSO: Serviço Social

TÍTULO do Projeto de Pesquisa:

Memória Social e Prisão: reflexões sobre as políticas públicas no âmbito da execução penal.

TÍTULO do Plano de Estudo do Discente

Memória Social e prisão: uma análise dos relatórios do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e do INFOPEN.

Orientador: Lobelia da Silva Faceira

Candidato a Bolsa de Iniciação Científica: Geisa Suelen Caio Farias dos Santos

PLANO DE ESTUDO
(Máximo de 7 páginas)

1. Contextualização do tema

O presente plano de trabalho está articulado a pesquisa intitulada *Memória Social e Prisão: Reflexões sobre as políticas públicas no âmbito da execução penal*, que tem a proposta de analisar a prisão como esfera de produção e reprodução da estrutura social no âmbito da sociedade capitalista, considerando que as mesmas reproduzem o contexto contraditório da própria sociedade.

A Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – denominada como Lei de Execuções Penais (LEP) - é um dos instrumentos legais que normatizam os direitos e deveres dos presos, prevendo a concessão de benefícios e punições no processo de cumprimento da pena. A legislação e regras mínimas para o “tratamento” do preso no Brasil preveem que o mesmo deve ser realizado em condições, que permitam justa reparação do delito cometido sem prejuízo da integridade física, mental e social do preso.

A LEP estabelece, no artigo 11, que as formas de assistência aos presos são compostas pelo direito a assistência material, jurídica, religiosa, social, educacional e à saúde; representando assim, no plano normativo uma inovação no atendimento às necessidades sociais, jurídicas, religiosas e educacionais dos presos, sendo os mesmos considerados legalmente como sujeitos sociais e cidadãos.

O objeto deste plano de estudo é problematizar as políticas sociais inseridas no contexto prisional brasileiro e, especificamente, do estado do Rio de Janeiro, analisando o “Relatório do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura (Período 2016-2017)” e o “Levantamento Nacional de informações penitenciárias (Junho de 2016)”.

O Protocolo Facultativo à Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) Contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (OPCAT) estabelece um sistema de visitas regulares aos locais de privação de liberdade,

através de um ou mais órgãos autônomos e com prerrogativas específicas na perspectiva da prevenção à tortura. No Brasil esse sistema de fiscalização é estabelecido pela Lei 12.847/13 e traz consigo duas novas instituições para auxiliar de forma complementar, entre si, a luta no combate e prevenção à tortura no Brasil: o Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura (CNPCT), que tem o objetivo de prevenir e combater a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura (MNPCT), que tem o objetivo de elaborar, anualmente, relatório circunstanciado e sistematizado sobre o conjunto de visitas realizadas e recomendações formuladas. Nesse sentido, o plano de estudos tem a proposta de problematizar a execução das políticas sociais no âmbito da execução penal, por meio da análise do Relatório Anual do MNPCT, que tem a função legal de transparência e de acesso à informação, ao mesmo tempo, que possui função pedagógica de apresentar de forma sistematizada o conjunto de ações realizadas por um órgão que realiza trabalho de prevenção à tortura em locais de privação de liberdade. O Relatório Anual do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura apresenta todas as unidades visitadas durante o ano de 2016, bem como os produtos e ações de desenvolvimento institucionais que estão sendo implementadas no âmbito do Mecanismo Nacional.

O outro documento analisado no plano de estudos será o “Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN)” elaborado em junho de 2016 e divulgado em dezembro de 2017. O INFOPEN – criado em 2004 - compila informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, por meio de um formulário de coleta preenchido pelos gestores de todos os estabelecimentos prisionais do país. Ao longo de sua existência, o processo de coleta e análise dos dados do INFOPEN foi continuamente aprimorado, em um processo de valorização da cultura de análise de dados como uma ferramenta estratégica para a gestão prisional. Um importante ponto de inflexão neste processo acontece em 2014, quando o instrumento de coleta é totalmente reformulado e passa a incluir questões relativas ao fluxo de entrada e saída no sistema prisional, além de detalhar informações acerca da infraestrutura dos estabelecimentos penais e das políticas de assistência e garantia de direitos, ancoradas na Lei de Execução Penal. Esclarecemos que o relatório desde 2014 abrange dados quantitativos e qualitativos.

2. Principais Objetivos

Analisar os avanços e desafios das políticas sociais no âmbito da execução penal, no período de 2016-2017, a partir da leitura e problematização dos relatórios do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e do Levantamento Nacional de Informação Penitenciária.

Objetivos Específicos

- Ler e estudar os principais autores da perspectiva marxista e da criminologia crítica que abordam o debate da historicidade das prisões no âmbito da sociedade capitalista.
- Estudar o Relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (2016-2017) e o Levantamento Nacional de Informação Penitenciária (INFOPEN 2016).
- Problematizar as políticas setoriais de saúde, educação e assistência social, a partir de uma análise dos respectivos relatórios, destacando a realidade do estado do Rio de Janeiro.

3. Principais Atividades

- Leitura e análise do Relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (2016-2017) e o Levantamento Nacional de Informação Penitenciária (INFOPEN 2016).
- Reuniões periódicas de discussão, troca de informações e planejamento sobre o desenvolvimento da pesquisa.
- Participação no grupo de estudos e pesquisa sobre privação e restrição da liberdade.
- Preparação do relatório parcial das atividades desenvolvidas.
- Organização, análise dos dados e preparação de resumos para submissão em fóruns de divulgação científica no segundo semestre de 2018 e no primeiro de 2019.
- Apresentação dos resultados parciais em fóruns acadêmico-científicos e, especificamente, na Semana de Iniciação Científica/ UNIRIO.

4. Metodologia

A pesquisa social proposta é de natureza bibliográfica, uma vez que o processo de investigação será elaborado por meio da análise das políticas sociais desenvolvidas no âmbito da execução penal, a partir dos relatórios do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à

Tortura (2016-2017) e do Levantamento Nacional de Informação Penitenciária (INFOPEN 2016). A investigação será constituída de quatro etapas metodológicas interdependentes:

1. Leitura dos respectivos relatórios.
2. Mapeamento referente as políticas setoriais de Saúde, Assistência Social e Educação, especificamente, dos direitos previstos em lei para a população carcerária no âmbito nacional.
3. Mapeamento referente as políticas setoriais de Saúde, Assistência Social e Educação desenvolvidas no sistema penitenciário do estado do Rio de Janeiro.
4. Análise da documentação.

No processo de interpretação dos dados focalizar-se-á o estudo dos textos, leis e documentações, articulado ao arcabouço teórico da pesquisa, analisando os seguintes eixos de análise: definição das políticas sociais no âmbito da execução penal; perspectiva de acesso dos presos às políticas sociais; contradições e mediações no processo de operacionalização das políticas sociais.

5. Cronograma agosto de 2018 a julho de 2019

Atividades	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Leitura e análise do Relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (2016-2017) e o Levantamento Nacional de Informação Penitenciária (INFOPEN 2016).	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Mapeamento referente as políticas setoriais de Saúde, Assistência Social e Educação, especificamente, dos direitos previstos em lei para a população carcerária no âmbito nacional.			x	x	x	x	x					
Mapeamento referente as políticas setoriais de Saúde, Assistência Social e Educação desenvolvidas no sistema penitenciário do estado do Rio de Janeiro.					x	x	x	x	x			
Reuniões periódicas de discussão e planejamento sobre o desenvolvimento da pesquisa.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Participação no grupo de estudos e pesquisa.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Organização, análise dos dados e preparação de resumos para submissão em fóruns de divulgação científica.							x	x	x	x	x	x
Apresentação dos resultados parciais em fóruns acadêmico-científicos					x							x
Preparação do relatório parcial das atividades desenvolvidas.									x	x	x	x

6. Resultados Esperados

- Conclusão do relatório parcial da pesquisa e divulgação dos resultados da mesma em diversos eventos científicos.
- Configurar base teórica e metodológica para o trabalho de conclusão do discente e bolsista de iniciação científica.
- Publicação de artigos científicos e apresentações em eventos científicos.

7. Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

BRASIL. **Lei 7.210 de 11 de julho de 1984** (Lei de Execução Penal).

DEPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN.** Atualizada em junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017. 65 p.

DRAIBE, Sônia. As políticas sociais e o neoliberalismo – reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. In: **Revista USP** (Universidade de São Paulo), São Paulo, 1996.

MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA. **Relatório Anual 2016-2017.** Brasília: Mecanismo Nacional De Prevenção E Combate À Tortura, 2017. 120 p.